

Campanha de ocupação das redes sociais dia 27/9

Além da ocupação dos Centros de Estudos Integrals para discutir a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a assembleia da rede municipal do dia 13/9 aprovou uma campanha de mobilização para ocupação das redes sociais no dia 27 de setembro, com denúncias contra o descaso do prefeito Crivella

para com a Educação municipal.

Neste dia, nosso objetivo é inundar as redes (facebook, twitter, instagram etc.) com mensagens mostrando como a prefeitura do Rio não cuida da educação pública municipal, deixando profissionais e alunos à míngua e enfrentado as mais precárias condições de trabalho.

Nossa luta pelo 1/3 extraclasse integral continua.

Conseguimos, emergencialmente, ampliar os horários de Centro de Estudos, o que foi uma vitória. Mas seguimos na luta e você é parte dela.



CALENDÁRIO DE LUTAS

27/9: Atividades de mobilização da categoria com ocupação dos centros de estudos, visitas às escolas e ocupação das redes sociais para denunciar o governo Crivella e o seu descaso com o município.

Dia 29/9: Participação no ato na Cinelândia “Mulheres contra o Fascismo”, a partir das 15h.

Dia 01/10: Ato na Câmara de Vereadores (sem paralisação) pelos cinco anos do “Dia da Votação do PCCS da Educação Municipal”, lembrando a repressão e as agressões das forças de segurança contra a categoria, no dia 01 de ou-

tubro de 2013.

Dia 12/10: Ato na Quinta da Boa Vista, com atividades livres para as crianças, na parte da manhã.

Dia 24/10: Paralisação de 24 horas, com participação nas atividades do Dia Estadual de luta da Educação em Defesa do Serviço Público e contra as reformas do governo Temer, que está sendo construído pelas centrais sindicais e terá a participação dos outros segmentos dos servidores públicos estaduais, municipais e federais.

Dia 27/10: Assembleia geral da rede municipal - Club Municipal (R. Haddock Lobo, 359) - 10h

Profissionais ocuparão Centros de Estudos dia 27/9 para debater descaso da prefeitura e mobilização contra a BNCC

No dia 27/9, os profissionais da rede municipal realizarão uma grande mobilização com atividades que incluirão visitas às escolas e ocupação dos Centros de Estudos Integrals e das redes sociais para denunciar o governo Crivella e o seu descaso para com o município do Rio de Janeiro. Neste boletim, publicamos algumas orientações do sindicato para nortear o debate durante os Centros de Estudos Integrals nas unidades da rede.

Dia 27 é dia de discutir as orientações curriculares e a BNCC

A proposta desta mobilização durante o Centro de Estudos Integral é promover uma discussão a respeito da revisão das orientações curriculares da rede

municipal do Rio. Esta revisão precisa ser feita à luz dos debates que envolvem a BNCC em nível nacional e que mobilizam profissionais e entidades do setor e do movimento civil com objetivo de barrar a proposta do governo federal.

A confecção desse documento está ligada à fase de implantação da BNCC. Por isso, a categoria deve se posicionar e reivindicar uma discussão aprofundada na rede, rejeitando as ações de aplicação imediata de um documento que está sendo questionado pelas principais entidades sindicais e de educação do Brasil. Por isso, é importante que cada escola eleja o seu representante para participar dos debates que serão promovidos pelas CREs. Vamos aproveitar esse dia para aprofundar a discussão coletiva sobre a BNCC, as revisões curriculares e a política educacional da SME. Esse é o foco!

Veja as propostas de pontos para o debate no Centro de Estudos:

Discutir os significados e o retrocesso da BNCC para o futuro da educação brasileira.

Questionar a ausência de um amplo debate na rede municipal do Rio e um documento (BNCC) aprovado em meio a muitos questionamentos em nível nacional.

Apresentar os perigos representados pela implementação da nova Base: a proposta do governo fere a autonomia pedagógica e o direito à diversidade, com caráter homogeneizador e calcado no modelo das avaliações em larga escala.

Questionar a ausência das discussões sobre gênero e orientação sexual na BNCC, reivindicando a presença dessas temáticas nas orientações curriculares.

Debater o modelo de avaliação da rede municipal, fundamentado numa política de apostilamento e de avaliações centralizadas bimestrais, o que integra esse processo aos aspectos negativos da BNCC.

Questionar o binômio descritores-prova bimestral da SME como um fator de restrição à autonomia pedagógica das unidades escolares.

Avaliar na orientação curricular da Educação Infantil a existência de elementos que reforçam a antecipação da alfabetização.

Debater as condições necessárias para o trabalho com o conceito de “campos de experiência” na Educação Infantil.

Avaliar a presença de conteúdos antecipados e inadequados à série/idade.

Cobrar da SME as condições necessárias para que os profissionais da educação possam realizar plenamente o seu trabalho pedagógico e educacional.

E NÃO SE ESQUEÇA!

Eleger representantes, para a discussão nas 11 CREs, que se posicionem de maneira crítica e que façam o debate nas coordenadorias (todo professor pode ser eleito, não somente coordenadores e articuladores!)

Envie para o Sepe, por escrito, as avaliações realizadas pelo CE da sua unidade escolar pelo email: secretaria@seperj.org.br

VAMOS JUNTOS PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

Veja o que foi discutido na audiência com a SME no dia 11/9

A direção do Sepe teve audiência com a SME no dia 11 de setembro. Na reunião, a direção do Sepe foi atendida pela subsecretária de ensino, Maria Nazareth Vasconcellos, e por outros membros da equipe da secretária Talma Suane. Veja o que foi discutido

1) QUESTÕES GERAIS DAS AUDIÊNCIAS ANTERIORES: solicitação de respostas quanto ao abono das paralisações, licenças sindicais e audiência com o prefeito.

2) SINDICÂNCIAS/ INQUÉRITOS DE PROFESSORAS: solicitação de audiência com a secretária de educação para discutir a situação das sindicâncias das professoras Marcele e Alzira e do inquérito da professora Flavia. A assessoria se comprometeu em encaminhar o agendamento desse encontro.

3) 1/3 DE ATIVIDADE EXTRACLASSE: a diretoria saudou a medida do CE parcial, destacando que a mesma foi fruto da pressão e da proposta apresentada pela categoria no fórum do 1/3. Que apesar da vitória parcial, a luta pela sua implementação completa, com o restante do tempo fora da unidade escolar, continua. Reivindicou-se que os centros de estudos parciais e integrais não coincidam com possíveis pontos facultativos e datas como o Dia da Inclusão, por exemplo. Foi solicitado também um comunicado claro da SME relativo à presença dos AElS e dos AAEEs nos centros de estudos parciais/integrais e à autonomia das unidades para o planejamento dos encontros.

A SME afirmou que os AElS e AAEEs devem participar dos centros de estudos. Também indicou que a secretaria estuda a possibilidade de montagem da grade de 2019 com o 1/3 completo e a manutenção dos centrinhos.

4) ALMOÇO: a diretoria do sindicato relatou casos de professores que não possuem o direito

básico e humanitário de almoçar na escola, reivindicando um comunicado claro da SME sobre o respeito a esse direito. A secretaria reconheceu a existência dessas situações. Todavia, indicou como saída a resolução individual de cada problema na sala 153 com o professor Alexandre.

5) PEJA: a direção do Sepe apresentou a preocupação de professores sobre um possível fechamento dos PEJAs noturnos. A SME informou que está em curso um estudo para remodelar o formato do PEJA, avaliando modelos como o CEJA, CREJA e o próprio PEJA diurno com o Projeto de Vida. O atendimento semi-presencial é cogitado como alternativa devido à grave situação de violência em muitas comunidades à noite. De acordo com a SME, essa discussão será feita de forma aprofundada com os professores e as unidades escolares, e que a secretaria não pretende fechar o noturno. Diante da reivindicação de extensão das parcerias ao noturno, a SME solicitou a apresentação dessas demandas por escola.

6) PPPs e CRECHES CONVENIADAS: a diretoria questionou o decreto do prefeito que simplifica as regras do convênio com creches privadas. A SME afirmou que a simplificação visa agilizar e desburocratizar os convênios para a abertura de mais vagas diante da enorme fila de espera. Também afirmou que haverá maior fiscalização e interferência no processo pedagógico dessas unidades, que seguirão o mesmo calendário da rede. Sobre as PPPs, os representantes da secretaria não apresentaram maiores detalhes, mas informou que o projeto prevê uma primeira etapa com a construção de 50 unidades até 2020. E que há um link para dúvidas e sugestões.

7) CONCURSOS: a direção perguntou sobre a previsão de novas convocações, inclusive daquelas determinadas pela justiça, no caso de ciências e língua estrangeira, cujo prazo expirara em 2017. Os representantes da SME não possuíam esses dados, mas informaram que novas chamadas dependem da autorização da CODESP devido aos limites da LRF.

8) VIOLÊNCIA NAS ÁREAS CONFLAGRADAS: a partir do caso de escolas da Mangueira e de São Cristóvão, o sindicato denunciou a situação dos profissionais de educação que são obrigados a cumprir horário em outras unidades, devido à situação de violência, assinalando a necessidade da SME ter uma posição clara sobre o tema. A SME afirmou que não existe essa obrigatoriedade, muito menos o caso de uma escola receber profissionais de várias unidades simultaneamente. Foi informado que houve reunião entre a regional 1 com a 1ª CRE no dia do fato ocorrido. A SME se comprometeu em verificar como a coordenação está encaminhando este problema.

9) MIGRAÇÃO: a diretoria reivindicou novamente a presença no GT de migração, pois quer acompanhar a construção dos critérios. Segundo a SME, a secretaria foi convidada pela Casa Civil. O sindicato, então, solicitou a mediação da mesma junto ao chefe da Casa Civil.

Solicitamos uma posição da SME quanto à informação de que a participação nas greves e paralisações seria um critério de exclusão. A SME afirmou que não existe nenhum critério definido. Também afirmou que não serão desprezadas as inscrições de 2014. Que a migração não seguirá os moldes dos processos anteriores, com a presença de um critério comum e único, e que existe um estudo sobre a forma de aposentadoria desses futuros pro-

fessores migrados. A direção assinalou a necessidade de transparência sobre a situação funcional desses professores.

10) FUNCIONÁRIOS: a direção do SEPE solicitou resposta acerca do não pagamento da adequação do patamar salarial de agentes educadores e merendeiras. Segundo a SME, aguarda-se autorização da CODESP, que suspendeu pagamentos devido à LRF.

Também solicitamos o agendamento de audiência específica para tratar da situação dos funcionários das escolas da rede. Os representantes da SME se comprometeram em agendar o encontro com a presença do setor de recursos humanos.

11) JOGOS ESTUDANTIS: o Sepe questionou a não oferta de transporte para a participação dos estudantes jogos estudantis, deixando a cargo das escolas a resolução do problema. Segundo os representantes da subsecretaria de esporte e lazer, haverá a garantia de transporte para as modalidades individuais. Também foi apresentada a estrutura das Unidades de extensão curricular, compostas por Clube Escolar, Núcleo de Artes e Polo de Educação para o Trabalho. A subsecretária Nazareth Vasconcellos também informou que a construção de um PL que propõe a correspondência dos cargos de chefia nas Unidades de Extensão com a equipe gestora das UEs. Hoje existe apenas um elemento em cada UEC que corresponde ao coordenador pedagógico das unidades escolares.

12) REVISÃO DAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES: a diretoria reivindicou a divulgação da proposta antes do dia 27/9 para uma análise aprofundada da categoria. A SME apresentou a circular de orientação às escolas que prevê a entrega, via email do Rioeduca, no dia 20/09. Também foi reivindicada a necessidade da continuidade desta discussão.